

BINÓCULOS EM PUNHO: Os protestos do MST e o discurso da insegurança no campo em *Zero Hora*

BINOCULARS IN HANDLE

Protests of the MST and the discourse of insecurity in the country in *Zero Hour* journal

Marília Denardin Budó¹

Recebido em: 07 mai. 2009

Aprovado em: 23 nov. 2009

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar a construção realizada pelo jornal *Zero Hora* das diversas manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado do Rio Grande do Sul, entre os meses de novembro e dezembro de 2006 e janeiro a abril de 2007, através da análise de discurso crítica. Partindo da percepção de que a notícia é uma construção obtida através de inúmeras escolhas, resulta da análise que, ao despolitizar e resumir a violência no campo à violência individual, e os conflitos, aos atos dos sem-terra, a partir da sobrerrepresentação dos depoimentos da polícia, do judiciário e dos ruralistas, ocultou-se a violência estrutural, originada na concentração das terras e na exclusão social. Essa redução delimita também a construção de um inimigo para o Estado e para a sociedade, buscando criminalizar as suas ações, despolitizar os seus argumentos e ocultar suas reais propostas. Dessa maneira, opera-se a reprodução dessa violência estrutural provocada pela desigualdade, concentração de terras e exclusão social.

Palavras-chave: Questão Agrária; MST; Segurança.

Abstract: This work investigates the construction realized by *Zero Hor's* journal of the - *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*- MST's manifestations, in RGS in Brazil, during the period November/2006 till april/2007, using discourse analyses. The critic analysis concludes that the news are a social construction, and when depoliticizing and summarizing the violence in the country as individual violence, and reducing the conflicts to the acts of the landless, considering the over representation of the testimonies of the police, of the judiciary, and of the ruralists, the structural violence originated in field concentration, and, social exclusion are hidden. This reduction also permits the construction of an enemy for the state and for the society, searching for the criminalization of their actions, depoliticizing their arguments and concealing their real proposals. By this way, accomplish the reproduction of structural violence, instigated by inequality, land concentration and social exclusion.

Keywords: Agrarian Question; MST; Security.

1 A Notícia como Construção Social da Realidade

O século XX foi caracterizado por um grande desenvolvimento tecnológico na área das ciências da comunicação. Da imprensa ao rádio, do rádio à televisão, da televisão à internet, os meios de comunicação de massas (MCM) foram assumindo, dia a dia, um protagonismo cada vez maior, fazendo que diversos questionamentos a respeito de seus efeitos individuais e sociais passassem a ser problematizados.

Alguns questionamentos apareceram ainda no século XIX, mas foi na década de 30, já no século XX, que as primeiras teorias passaram a ser desenvolvidas de maneira científica. Da incidência total de efeitos das mensagens transmitidas pelos MCM sob a fórmula "estímulo → resposta", à pesquisa administrativa norte-americana, que veio relativizar os seus efeitos, a partir da influência do meio social na apreensão das

¹ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Professora substituta no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria, e professora assistente na Faculdade de Direito de Santa Maria. E-mail: mariliadb@yahoo.com.br

mensagens transmitidas pelos meios, a maior parte do que se convencionou chamar *communication research* esteve por um bom tempo atrelada ao estudo dos efeitos das mensagens na vida das pessoas, em curto prazo, através de pesquisas empíricas e quantitativas (WOLF, 1994).

Entretanto, a década de 1950 viu nascerem estudos sobre os efeitos em longo prazo dos meios de comunicação de massa, “um *efeito cognitivo* sobre os sistemas de conhecimento que o indivíduo assume e estrutura de uma forma estável” (WOLF, 1994, p. 124). Nesse sentido, tais efeitos são cumulativos, sedimentados no tempo, e não de curta duração, evidenciando-se, além disso, a importância de outros fatores que influenciam nas atitudes do público. Essa vertente da pesquisa em comunicação tem por base teórica a sociologia do conhecimento, e se centra “na importância e no papel dos processos simbólicos e comunicativos como pressupostos da sociabilidade” (WOLF, 1994, p. 125).

A intencionalidade que caracterizava os efeitos dos meios de comunicação de massa na pesquisa administrativa deu lugar a efeitos latentes, que intervêm no conhecimento que os destinatários têm da realidade. Sendo assim, se passou a considerar que o papel dos MCM é o de influenciar no processo de significação do mundo, ou seja, na construção social da realidade, juntamente com os processos de interação social. Costuma-se apontar algumas principais linhas de pesquisas desenvolvidas nessa vertente: a hipótese do *agenda-setting*, o *gatekeeper* e o *newsmaking* (WOLF, 1994).

Apesar de as três teorias ainda serem utilizadas constantemente em pesquisas empíricas em várias partes do mundo, neste trabalho, a opção teórica é a de analisar as notícias segundo o enfoque do *newsmaking*, perspectiva surgida também na década de 1960, nos Estados Unidos. A organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos, relacionando com a imagem da realidade social fornecida pelos *mass media* são os seus principais enfoques (WOLF, 1994, p. 162). Dessa forma, deixou-se de lado a ideia das distorções realizadas apenas como forma de manipulação com objetivos escusos, para verificar a ocorrência de distorções involuntárias no cotidiano da produção dos jornais em função de valores partilhados pelos profissionais sobre como deve se desenvolver a tarefa de informar (WOLF, 1994, p. 163). Aqui, a sociologia do conhecimento aparece não somente ao perceber a importância do jornalismo como instância cognitiva, mas também em função do processo de socialização que se dá dentro da redação, com normas organizativas próprias, bem como controles sociais que acabam condicionando o produto, a notícia.

Ao observar a notícia como o resultado de um processo produtivo no qual estão

presentes inumeráveis escolhas, esse paradigma faz frente à noção de objetividade jornalística, no sentido de comprovar a impossibilidade de que um fato seja retratado no jornal exatamente como aconteceu. Enquanto a teoria do espelho responde à pergunta de por que as notícias são como são, dizendo que é a realidade que assim as determina (TRAQUINA, 2001, p. 65), o *newsmaking* responderá que é um conjunto de escolhas desenvolvido através da interação com a lógica da organização jornalística que a condicionou dessa maneira. Assim:

As notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o que? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constroi o acontecimento e constroi a realidade (TRAQUINA, 2005, p. 174).

A impossibilidade de a notícia refletir a realidade decorre, portanto, da ideia de que a própria realidade é uma construção social, propiciada pelas interações sociais, ou seja, não possui *status ontológico*. Dessa forma, “a notícia não espelha a realidade, ajuda a construí-la como fenômeno social compartilhado, posto que no processo de descrever um acontecimento a notícia define e dá forma a esse acontecimento” (TUCHMAN, 1983, p. 197-198).²

Ao mesmo tempo em que é um produto da realidade social, ao registrá-la, a notícia também a produz, através da seleção operada e dos enquadramentos realizados. Essa seleção faz parte do processo de construção das notícias, em função de que a quantidade de fatos que chegam às organizações jornalísticas, através da rede de informações³, é muito superior ao espaço para dispor as matérias, seja ele físico quando se trata de jornal impresso, seja referente a tempo de veiculação, nos casos de televisão e rádio. Para lidar com isso, existe um conjunto de conhecimentos na atividade jornalística identificados na prática, através do hábito, que classificam os acontecimentos como notícias. Em função disso são tipificações, e servem “para transformar os acontecimentos idiossincráticos do mundo cotidiano em matérias-primas que possam ser submetidas a um processamento de

² Tradução livre do original em espanhol: “la noticia no espeja la realidad. Ayuda a constituir la como fenómeno social compartido, puesto que en el proceso de describir un suceso la noticia define y da forma a ese suceso”.

³ A rede de informações, na definição de Tuchman, é constituída através da dispersão dos jornalistas a diferentes locais estratégicos de onde partirão acontecimentos noticiáveis, tudo facilitado pelo progresso tecnológico. Essa rede segue três critérios ou métodos, baseados no que se imagina serem os interesses do leitor, para o posicionamento de jornalistas. São eles a territorialidade geográfica, as atividades específicas e a especialidade tópica. Um questionamento sobre a formação da rede é a de que os locais onde os profissionais estarão posicionados determinarão quais serão os fatos a serem noticiados, sendo que esses lugares são muito comumente institucionais. “A rede informativa impõe uma ordem ao mundo social porque faz possível que os acontecimentos informativos ocorram em algumas zonas, mas não em outras”. (TUCHMAN, 1983, p. 36).

rotina e a sua disseminação” (TUCHMAN, 1983, p. 71).⁴ Essas tipificações são conhecimentos que passam a estar alheios à possibilidade de questionamentos sobre por que as coisas são feitas dessa maneira (BERGER; LUCKMAN, 2002).

Além da seleção dos fatos que deverão transformar-se em notícias, outro processo de escolha se faz presente: o do enquadramento a ser destinado. Os relatos informativos ajudam a dar forma a uma definição pública do que o mesmo é e do que significa. A definição do marco a partir do qual um fato será relatado pode ser, porém, anterior ao seu próprio acontecimento. Para Gomis: “O fato se insere muitas vezes em um marco já previsto e preparado para ele e como consequência se interpreta com as explicações mais à mão, que às vezes são as do preconceito. Tende-se a ver então em um fato o que se esperava ou se temia ver” (GOMIS, 1997, p. 69).

Nas pesquisas sobre a noticiabilidade, os investigadores buscaram determinar as tipificações, os hábitos que demonstram quais as condições os acontecimentos devem satisfazer para se tornarem notícias (GALTUNG; RUGE, 1993, p. 71). A essas condições, obtidas a partir de valores culturais partilhados pelos jornalistas, atribuiu-se o título de valores-notícia. Os valores-notícia buscam responder aos critérios de relevância, interesse e pertinência de acontecimentos para que se transformem em notícias (WOLF, 1994, p. 173), e servem para rotinizar um trabalho que por si é sempre inteiramente novo. Em função disso, esses critérios de seleção devem ser fáceis de utilizar rapidamente, tendo em vista a agilidade do trabalho nas redações, e, é claro, devem fazer parte de um consenso.

Os acontecimentos negativos costumam ter um grau de noticiabilidade incomparável. Isso depende da existência ou não de outros valores-notícia, como envolver países ou pessoas de elite. Violência, considerada como individual, e crimes, de preferência os violentos e de rua, costumam estar no topo de todos os valores-notícia.⁵

1.1 Variáveis presentes na construção da notícia

Até aqui se pode perceber que muitas variáveis estão presentes na construção da notícia sobre um tema específico. Em primeiro lugar, um acontecimento será noticiado se for captado pela rede de informações. Entretanto, tal rede é constituída de acordo com uma pré-definição de onde possivelmente estarão presentes fatos noticiáveis. Assim, é muito mais provável que um fato ocorrido em uma capital, em horário comercial, por exemplo,

⁴ Tradução livre do original em espanhol: “los informadores usan tipificaciones para transformar los sucesos idiosincrásicos del mundo cotidiano en materias primas que puedan ser sometidas a un procesamiento de rutina y a su diseminación”.

⁵ Outros valores-notícia são: proximidade, atualidade, qualidade, disponibilidade, capacidade de entretenimento, importância, material visual, quantidade de pessoas envolvidas, qualidade das pessoas envolvidas, impacto sobre o interesse nacional, entre outros (WOLF, 1994, p. 178-193).

seja noticiado e um fato semelhante, ocorrido em uma cidade pequena e à noite não seja noticiado.

Outra variável diz respeito aos valores-notícia. Em primeiro lugar, eles servem para determinar, a cada dia, quais serão os fatos captados pela rede de informações que terão espaço no jornal. Assim, os mesmos fatos noticiados em um dia, tendo em vista que na avaliação comparativa realizada eles preenchem mais pontos, em outro dia, em comparação com outros fatos, poderão não ser noticiados.

Há também a questão contextual. Por exemplo, um fato relacionado ao tema da pobreza na infância tem mais chances de ser noticiado em períodos como o de Natal, onde o tema da solidariedade costuma estar mais pautado do que em outros períodos do ano.

Uma quarta variável é a que diz respeito ao enquadramento dado ao acontecimento. Ou seja, um mesmo fato, além de estar ligado a uma vasta e complexa rede de temas, ele próprio pode ser analisado de diversos ângulos. E normalmente a escolha do ângulo depende de uma quinta variável: as fontes disponíveis ou selecionadas pelo jornalista.

A questão das fontes é interessantíssima na medida em que são elas, através do discurso direto narrado entre aspas na notícia, ou indireto, que definirão o acontecimento. Sendo assim, e considerando que a separação entre fato e opinião é considerada o principal meio de lograr credibilidade, uma notícia somente será credível se obtida através de fontes graduadas.

Tais fontes geralmente são as institucionais, ou seja, ligadas às instituições formais da sociedade, principalmente aos poderes político e econômico. Para Tuchman:

Em definitivo, o uso de fontes graduadas que possam ser citadas como pretensões de verdade passa a converter-se em um recurso técnico desenhado para distanciar o repórter dos fenômenos identificados como fatos. As citações de opiniões de outras pessoas são apresentadas para criar uma trama de fatos que mutuamente se validam a si mesmos (TUCHMAN,1983, p. 108) .⁶

Sendo normalmente as primeiras fontes procuradas quando da construção de uma notícia, a definição pública dos acontecimentos é realizada em grande parte das vezes pelas fontes institucionais, ou seja, os representantes de grupos, autoridades, os peritos de suas atividades.

A regularidade na utilização de determinadas fontes deve-se ao fato de elas preencherem alguns requisitos importantes para a constância da atividade jornalística. Em primeiro lugar, as fontes que possuem informações contínuas suprem a necessidade de

⁶ Tradução livre do original em espanhol: "En definitiva, el uso de fuentes graduadas que puedan ser citadas como pretensiones de verdad que se ofrecen pasa a convertirse en un recurso técnico diseñado para distanciar al reportero de los fenómenos identificados como hechos. Las citas de opiniones de otras personas son presentadas para crear una trama de hechos que mutuamente se validan a sí mismos".

dispor de notícias. Da mesma maneira, a produtividade das fontes, a sua proximidade física, a credibilidade de que dispõem, a garantia das informações que repassam e a sua respeitabilidade são os fatores que determinam a permanência de determinadas fontes nas páginas dos jornais (WOLF, 1994, p. 199). Por não corresponderem às exigências dos procedimentos de produção do jornal, e simultaneamente fazerem parte de grupos pouco poderosos, há fontes, principalmente as não-oficiais, que são sub-representadas nas páginas dos jornais.

E é a partir das fontes que normalmente o enquadramento é realizado, desenvolvendo-se um processo de definição primária centrado nas fontes oficiais. Segundo Hall:

A definição primária *estabelece o limite* de todas as discussões subseqüentes através do seu *enquadramento do problema*. Este enquadramento inicial fornece então critérios segundo os quais todas as contribuições subseqüentes serão rotuladas de relevantes para o debate, ou irrelevantes (HALL et. al., 1981, p. 342).⁷

Após o recolhimento de todos os fragmentos que permitirão a construção da notícia, ainda há a variável da edição, que irá enquadrá-las dentro das pré-definições criadas para o fato, e, além disso, da visão que o jornalista tem de seu público e da sociedade. De uma maneira geral, é possível afirmar que em função da dispersão da rede informativa, das tipificações que orientam a prática da seleção e enquadramento dos fatos e da questão do profissionalismo, a notícia resultante costuma legitimar a estrutura de poder e classe existentes, sem espaço para os discursos que poderiam opor-se à mesma.

2 A Construção Social da Luta pela Terra no Jornal *Zero Hora*

Se as notícias refletem, portanto, uma determinada construção da realidade, analisá-las através das seleções operadas possibilita verificar a representação que o tema possui em determinado veículo de comunicação. Assim, a análise de notícias não tem como objetivo saber que efeito determinado tipo de abordagem poderá ter sobre seu público receptor, mas sim identificar no produto final a construção da notícia realizada, e a conseqüente construção obtida da própria realidade reportada

A partir desse referencial teórico, e no intuito de identificar a construção da imagem da luta pela terra no estado do Rio Grande do Sul no Jornal *Zero Hora*, foi realizada a análise de discurso crítica do mesmo, o maior da região, tanto em circulação quanto em tiragem.

⁷ Tradução livre do original em inglês: “[...] the primary definition sets *the limit* for all subsequent discussion by *framing what the problem is*. This is initial framework then provides the criteria by which all subsequent contributions are labeled as ‘relevant’ to the debate, or ‘irrelevant’.”

Análise crítica porque parte da metodologia proposta por Teun Van Dijk, a qual busca trabalhar o papel do discurso na manutenção das relações de poder, contrariamente à defesa da neutralidade.

A análise de discurso crítica está:

[...] orientada explicitamente para a agenda sociopolítica, para a preocupação em inventariar e apresentar criticamente de que formas os discursos sociais podem contribuir para a reprodução ou mudança das relações de poder, e vem se constituindo hoje como uma área de estudo da linguagem e do discurso dos *media* (PONTE, 2004, p. 130).

Sendo assim, tendo em vista a percepção de que a realidade é socialmente construída, é importante verificar de que forma o discurso auxilia nessa construção e, conseqüentemente, na criação e manutenção de relações de poder, e nas possibilidades de permanência ou mudança social.

Quanto às especificidades estruturais do discurso jornalístico, segundo a vertente crítica da análise do discurso, Teun Van Dijk destaca o processo de produção das notícias, expondo os passos que se dão na fabricação do texto jornalístico. Para ele, “a produção de notícias deve ser analisada principalmente em termos do processamento do texto”. Este processo se dá não somente no sentido das fases em que o texto é produzido. Mas sim, considerando-se que o texto jornalístico muito freqüentemente é produzido a partir de outras formas discursivas, como quando cobre acontecimentos a partir de relatos de outras pessoas ou mesmo quando o próprio acontecimento produz discursos (VAN DIJK, 1990, p. 141). O autor trabalha com cinco estratégias de processamento: a seleção, a reprodução, o resumo, as transformações locais e a reformulação estilística.

A análise, a partir dessas estratégias, traz uma forma de “desocultar” posições ideológicas expressas, como, por exemplo, pela escolha da palavra a ser utilizada para denominar determinado fato, como por exemplo, o uso da palavra “‘revolta’ no lugar de ‘distúrbios’ ou em lugar de ‘resistência’” (VAN DIJK, 1990, p. 252).⁸ Além disso, a forma verbal passiva, por vezes, pode ser utilizada para não atribuir diretamente um fato negativo a pessoas ou grupos poderosos.

Seguindo a lógica de tal perspectiva teórica, as categorias de análise partem das variáveis do processo produtivo das notícias, dedutíveis a partir de seu resultado final, possibilitando algumas conclusões a respeito da construção de determinada situação de conflito social. As categorias de análise, seguindo a sugestão exposta por Van Dijk (1997,

⁸ Tradução livre do original em espanhol: “Lo mismo sucede con el uso de ‘revuelta’ en lugar de ‘disturbios’ o en lugar de ‘resistencia’”.

p. 61), com algumas alterações são: a) que enquadramento é dado dentre as editoriais do jornal; b) quem são os atores das notícias (primários e secundários; ativos e passivos) e fontes; c) que ações são descritas, sublinhadas ou ignoradas; d) de que maneira o jornal se apropria ou não dos discursos das fontes.

Foi selecionado para análise um conjunto de 58 edições do jornal, referente a todas aquelas que continham notas, notícias ou reportagens que guardavam relação com a questão agrária, segundo o enquadramento do próprio jornal, no período de novembro e dezembro de 2006 e janeiro a abril de 2007. Considerando-se que este trabalho traz os resultados da dissertação de mestrado, o período foi escolhido em função do momento em que a mesma estava sendo produzida, com o intuito de retratá-lo. Assim, a definição do mesmo não foi aleatória nem sequer determinada por um acontecimento específico, mas sim pela sua atualidade e representatividade.

2.1 Categorias de análise

2.1.a Enquadramento

O jornal *Zero Hora*, assim como a maior parte dos periódicos, centra-se principalmente em fatos ocorridos em regiões urbanizadas. Em primeiro lugar, porque a maior parte da população vive nas cidades. Em segundo lugar, porque a rede de informações, ou seja, as instituições que costumam repassar os acontecimentos aos jornais dificilmente estão localizados no meio rural. Assim, vários fatos que preencheriam os critérios de *noticiabilidade* sequer chegam ao conhecimento dos jornais pelo fato de estarem localizados em uma região onde não há informantes oficiais. Por outro lado, mesmo que a rede de informações detecte acontecimentos e eles cheguem ao conhecimento da redação do jornal, pelo próprio fato de se localizarem em regiões periféricas poderão não preencher o valor-notícia da proximidade e da importância econômica da região, fazendo com que, mais uma vez, não sejam noticiados.

Porém, considerando que o estado do Rio Grande do Sul possui um setor agrícola bastante importante em relação a outras regiões do país, o jornal *Zero Hora* possui um caderno específico dedicado ao setor rural, chamado Campo e Lavoura. Nesse caderno estão presentes temas relacionados à agricultura, ou seja, à questão agrícola, mas não à questão agrária.⁹ A questão agrária, especificamente, é muito pouco tematizada no jornal e

⁹ A diferença entre questão agrícola e questão agrária é de que a primeira diz respeito a “aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz, o quanto se produz”. Já a segunda “está ligada às transformações nas *relações de produção*: como se produz, de que forma se produz” (SILVA, 1990, p. 11). Mais minuciosamente, a questão agrária traz problemas relacionados à “[...] concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores

as notícias enquadradas nesse assunto se encontram na editoria Geral.

O interesse da topografia da notícia se deve ao enquadramento que o jornal dá ao tema. Ou seja, da editoria política à editoria polícia, uma gama de outras possibilidades de enquadramento poderia fazer-se presente. A opção por uma seção, que na verdade poderia significar “outros”, ou seja aqueles fatos difíceis de serem enquadrados, demonstra o caráter ambíguo que o jornal estabelece para a questão agrária.

Isso torna, de certa maneira, um pouco menos evidente do que poderia ser, o enquadramento destinado ao tema pelo jornal, já que se fizesse parte da editoria política, uma determinada interpretação poderia ser realizada, por exemplo, no sentido da compreensão de que os movimentos sociais de luta pela terra praticarem ações eminentemente políticas, amparadas pelo regime democrático. Por outro lado, se as ações dos movimentos sociais estivessem na seção polícia, outra identificação poderia ser feita: aquela da criminalização aberta das ações, da individualização e despolitização das lutas.

Entretanto, com o enquadramento “Geral”, uma editoria curinga que enquadra desde a divulgação de eventos até notícias de serviço, nota-se de um lado a preocupação de não comprometimento do jornal, de outro lado, a redução mesmo de sua importância, o que não exclui a possibilidade de, em diferentes situações, os fatos serem tratados como políticos ou policiais.

Outro aspecto interessante diz respeito ao enquadramento como “questão agrária” apenas de fatos relacionados a conflitos por terra e a ações de movimentos sociais que questionam a sua concentração. É o caso, principalmente, de ações do MST¹⁰, um dos atores preponderantes nessas notícias. Esse enquadramento é realizado através do chapéu¹¹ “questão agrária”.

rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana” (FERNANDES, 2007, sp.).

¹⁰ O MST é um movimento social criado em 1984 e organizado nacionalmente durante a década de 1990 com o intuito de provocar o poder político no sentido de realizar a reforma agrária. Pelo fato de as necessidades das populações excluídas do campo não serem atendidas, o movimento procura realizar atos para chamar a atenção da opinião pública de forma a retirarem da invisibilidade o problema da concentração da terra. Para tanto, diversas estratégias são utilizadas em seus protestos, sendo mais famosas as ocupações de latifúndios improdutivos. Além das ocupações, nas quais milhares de famílias sobrevivem por vezes por longos períodos até que as negociações levem à conquista da terra ou à sua expulsão, também realizam a ocupação de prédios públicos, marchas regionais e nacionais e o bloqueio de estradas. Resta ainda destacar que o MST costuma ser identificado como um sucedâneo de outros pequenos grupos de luta que surgiram a partir da década de 1950, as Ligas Camponesas, fortemente apoiadas pela Igreja católica e abafadas durante o período da Ditadura Militar (FERNANDES, 2000; GÖRGEN; STÉDILE, 1993; MEDEIROS, 1989).

¹¹ Segundo Romão, “Disposto acima da notícia ou reportagem, sempre colado à linha fina, esse lugar tem a função de situar o conteúdo da matéria para o leitor, apresentar a ele referência sobre a notícia, indicando ali uma região de sentidos legitimados pelo jornal” (ROMÃO, 2007, sp.)

2.1.b Fontes e atores das notícias

São considerados atores das notícias aquelas pessoas, grupos ou instituições que praticam as ações reportadas. Nas notícias analisadas os atores são, predominantemente, o MST e os proprietários rurais organizados, nas diferentes regiões do estado. Além deles, aparecem ainda a Brigada Militar (BM) do Rio Grande do Sul, um juiz e um técnico do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA).

Na análise dos atores, diversos aspectos devem ser considerados. A primeira é a distinção entre ator e fonte. Fontes são todos os materiais e informantes utilizados pelo jornalista para construir a notícia. Assim, o praticante de um ato noticiado pode muitas vezes ser fonte da notícia. Na verdade, é o que costumam exigir os manuais de jornalismo, ou seja, ir direto à fonte principal. Entretanto, muitas vezes o ator pode ser tido como um objeto a ser analisado através de outras fontes e é aí que reside o aspecto mais interessante das notícias em questão.

Apesar de o MST ser apontado como ator em todas as notícias, o mesmo aparece como fonte, através de seus porta-vozes, em apenas 20% das mesmas. Por outro lado, em todas as oportunidades em que os proprietários rurais, organizados, aparecem como atores, eles são, concomitantemente, fontes das notícias. Da mesma forma, quando aparecem as ações da Brigada Militar sua voz está sempre presente.

As fontes das notícias sobre a questão agrária nas edições analisadas são preponderantemente as mesmas sobre as quais a matéria trata. Quando se trata, por exemplo, de notícia sobre uma marcha, ou outra forma de protesto, em nenhuma oportunidade são entrevistadas pessoas que vivem nas localidades nas quais os mesmos ocorrem, ou integrantes do movimento que não os seus porta-vozes. Daí, o problema da representação de quem faz parte da comunidade e compõe o “nós”, e quem não faz parte, vem de fora, “os outros”.

O pertencimento dos sem-terra à categoria dos “outros” e de suas ações serem contra “nós”, ou seja, a integração das categorias dos proprietários de terras ociosas e dos governantes na comunidade, e dos sem-terra como “extra-comunitários” fica bastante evidente na manchete: “Estado é alvo de onda de invasões”. A palavra “estado”, aqui utilizada, à primeira vista para significar o estado federado do Rio Grande do Sul como território, pode ser vista de maneira bastante ambígua, principalmente combinada com o termo “invasão”. Em primeiro lugar, estado é um coletivo e é um ente público, que diz respeito a todos. Mas o alvo dos protestos não é este coletivo, até porque os manifestantes fazem parte do mesmo. O alvo são as terras improdutivas e através delas o governo (que é

apenas um dos elementos do estado). Entretanto, ao se afirmar que o alvo é o estado, e, portanto, o “nós”, com quem o leitor deverá se identificar, com este ou com os “invasores”?

A partir disso, é possível detectar claramente a opção pela noção de que há consenso, ordem e paz no meio rural, a qual é ameaçada a cada ação do MST, ainda que essa ação se resuma a uma caminhada. Ou seja, na medida em que a voz dos proprietários rurais é sobrerrepresentada em relação à voz dos trabalhadores sem-terra, é a sua leitura da situação que prepondera, fazendo com que as próprias reivindicações dos protestos sejam completamente ignoradas. Isso corrobora com o texto de Van Dijk, na afirmação de que

[...] geralmente os protagonistas das notícias são os que ostentam o poder, são citados mais comumente, aparecem com maior frequência nos titulares e suas declarações se apresentam e se encontram normalmente com mais credibilidade. O contrário acontece com os menos poderosos. Suas experiências, suas versões de um fato em particular, sua ideologia oposta e sua credibilidade tendem a ser menos proeminentes, e a marginalizá-los, ou, simplesmente, ignorá-los (VAN DIJK, 1997, p. 58-59).¹²

A opção de usar os proprietários rurais e policiais como principais fontes das notícias resultou no seguinte dado: das 58 notícias veiculadas sobre o tema da questão agrária, todas diziam respeito aos conflitos por terra, e em 23 estavam contidas expressões como monitoramento, vigilância, tensão e insegurança. As matérias “Tensão volta a rondar São Gabriel”¹³ e “Na região, o clima é de tensão”¹⁴ são dois exemplos nos quais os sentimentos dos proprietários rurais são transferidos para a cidade e a região, como se todos os seus habitantes os compartilhassem, chegando então ao enquadramento dos protestos ser na verdade sobre o controle estabelecido pelos proprietários rurais.

Da mesma maneira, as matérias que enfatizam o controle policial, e, portanto, têm a Brigada Militar como principal fonte, passam pelos mesmos sentimentos expostos pelos proprietários rurais, como na seguinte citação indireta: “Segundo a BM, o temor era de que os sem terra pudessem atacar os trabalhadores durante a colheita”.¹⁵

2.1.c Ações

Assim, apesar de quase todas as notícias terem como ponto de partida alguma ação

¹² Tradução livre do original em espanhol: “[...] a menudo los protagonistas de las noticias son los que ostentan el poder, se les cita más a menudo, aparecen con mayor frecuencia en los titulares y sus declaraciones se presentan y se encuentran normalmente con más credibilidad. Lo contrario sucede con los menos poderosos. Sus experiencias, sus versiones de un hecho en particular, su ideología opuesta y su credibilidad tienden a ser menos prominentes, y a marginarse o, simplemente, ignorarse”.

¹³ TENSÃO volta a rondar São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 15 jan. 2007, p. 25.

¹⁴ INCRA vitoria estância em São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 17 jan. 2007, p. 26. Grifou-se.

¹⁵ VIGILIA em colheita desloca 80 PMs. In: **Zero Hora**, Geral, 10 abr. 2007, p. 34. Grifou-se.

do MST, seja uma marcha, seja uma ocupação de terra, elas não são o seu centro. Tendo em vista a escolha das fontes principais entre os proprietários de terra e policiais militares, é das suas (re)ações que as notícias se ocupam. Isso é simbolizado, por exemplo, nas fotografias de três reportagens: no dia 15 de novembro de 2006 um fazendeiro com um cavalo aponta os binóculos na direção dos sem-terra; no dia 10 de abril de 2007 a patrulha de choque da Polícia Militar vigia um acampamento dos sem-terra durante a colheita na Fazenda Coqueiros; no dia 18 de abril de 2007, um policial militar no interior de um helicóptero monitora ações dos sem-terra.

É possível observar, então, que normalmente os protestos por si próprios não acarretaram notícias.¹⁶ Duas foram as situações principais em que os critérios de noticiabilidade no caso de protestos do MST estiveram presentes: a) quando os proprietários rurais e/ou a polícia valorizaram o protesto no sentido de montar estruturas de controle e defesa, mesmo que não ocorressem as ações de violência de grupo ou individual esperados; b) quando o conflito direto efetivamente ocorreu, resultando em pessoas feridas.

Em função disso, as estratégias de controle montadas para re-agirem aos protestos foram as principais ações noticiadas, o que pode ser notado nos verbos contidos nos títulos “Produtores rurais *monitoram* MST”¹⁷ e “Produtores rurais reagem às marchas”¹⁸. As vozes indiretas também demonstram a mesma preocupação, como no seguinte trecho “O Presidente da comissão fundiária da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), Gedeão Pereira, diz que a entidade começou a *monitorar* as porteiras de cada grande fazenda”.¹⁹ E, na voz direta: – Infelizmente, *o clima é de insegurança total*.²⁰ A parte da notícia que trata propriamente sobre as ações dos sem-terra vem introduzida pelo trecho “*Sob a vigilância* de produtores rurais [...]”.²¹

Partindo da perspectiva exposta pelo jornal, a partir vozes oficiais, as ações para controlar os protestos é que são efetivamente importantes. Nesse aspecto, como exemplo, é possível observar os seguintes trechos de notícias, no mês de novembro: “Preocupado com a movimentação dos sem terra, os ruralistas da região se organizaram

¹⁶ A exceção é a reportagem do dia 12 de abril, em que é noticiada uma “onda de invasões” no estado do Rio Grande do Sul, além da dedicação de uma página para a explicação sobre qual seria a nova cara do MST. Observe-se, entretanto, que tal reportagem foi pautada principalmente em função de que em todos os anos no mês de abril ocorrem vários protestos para marcar o aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido no ano de 1997 no dia 17 de abril, no qual vários sem terra foram assassinados pela polícia. Assim, o tema das ocupações de terras e protestos nesse mês é um evento já pré-agendado, o que explica o espaço destinado no dia que se seguiu à publicação pelo MST da programação do “abril vermelho” de 2007.

¹⁷ TENSÃO volta a rondar São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 15 jan. 2007, p. 25. Grifou-se.

¹⁸ PRODUTORES rurais reagem às marchas. In: **Zero Hora**, Geral, 14 nov. 2006, p. 38. Grifou-se.

¹⁹ *ibid.* Grifou-se.

²⁰ *ibid.* Grifou-se.

²¹ MST se aproxima de área em Eldorado. In: **Zero Hora**, Geral, 16 nov. 2006, p. 27. Grifou-se.

em um grupo de 60 pessoas, que se reveza na vigília²²; e, depois, no mês de dezembro: “[...] cerca de 300 ruralistas da região montaram, ontem, *cinco pontos de observação* nas margens da rodovia, perto do acampamento dos sem terra.”²³

Em outras situações, a Brigada Militar aparece como responsável pela vigilância, de tal maneira que ambos os atores se identificam como pólos que reagem aos atos do MST. É interessante notar o caso de São Gabriel, no qual as notícias de novembro e dezembro reiteram o controle por parte dos ruralistas, e a partir do mês de janeiro, especificamente do dia 17 de janeiro, os mesmos passam o bastão à Brigada Militar. Nesse caso, concomitantemente, a polícia passa a ser fonte preponderante em relação aos proprietários rurais nas notícias que se seguem. Após dois meses de insegurança relatada pelo jornal, a polícia tornou-se legitimada a intervir, segundo a notícia, do dia 18, intitulada “*Policiamento é reforçado em São Gabriel*”: “A Brigada Militar (BM) de São Gabriel montou ontem um posto fixo perto do acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a cerca de um quilômetro da Fazenda Southalll, no interior do Município”.²⁴

O título “Acampamento sob *vigilância permanente*” vem demonstrar que quando o controle por parte dos ruralistas sai um pouco de cena, a vigilância empreendida pela polícia passa a ser a ação sublinhada na maior parte das notícias, subjazendo, novamente, as ações do MST. Muito simbólica é a reaparição dos binóculos direcionados ao grupo do MST, que havia aparecido nas mãos de ruralistas em novembro na região de São Gabriel e que agora surgem no mês de fevereiro na ação de vigilância policial em Coqueiros do Sul: “*Binóculos* assestados sob chapéus de abas largas, policiais do 3º Regimento de Polícia Montada de Passo Fundo passaram a manhã de ontem vigiando dois acampamentos de sem terra erguidos junto à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul”.²⁵

No mês de abril, os binóculos dão lugar a outro instrumento de vigilância: “BM usa avião para *avaliar sem terra*”²⁶ é o título da notícia desencadeada em função da chegada de mais famílias, no mês de fevereiro, a um acampamento do MST montado em uma fração de terra arrendada pelo movimento. A matéria traz a voz direta do comandante da Brigada Militar Coronel Mendes: “não vai ser nada fácil”, se referindo a uma possível ocupação da Fazenda Coqueiros por essas famílias.

A notícia de 18 de abril de 2007 foi particularmente interessante nesse sentido.

²² *ibid.* Grifou-se.

²³ VISTORIA mobiliza fazendeiros e sem terra. In: **Zero Hora**, Geral, 05 dez. 2006, p. 32. Grifou-se.

²⁴ POLICIAMENTO é reforçado em São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 18 jan. 2007, p. 36. Grifou-se.

²⁵ ACAMPAMENTO sob vigilância permanente. In: **Zero Hora**, Geral, 21 fev. 2007, p. 30. Grifou-se.

²⁶ BM usa avião para avaliar sem terra. In: **Zero Hora**, Geral, 22 fev. 2007, p. 32. Grifou-se.

Esse dia se seguiu ao aniversário de onze anos do massacre de Eldorado dos Carajás, o qual costuma ser marcado por numerosos protestos em todo o país. E as manifestações foram noticiadas, em um quadro sumário na parte inferior da página. Porém, a notícia propriamente dita intitulou-se “Abril vermelho visto do céu”, ocupando-se quase exclusivamente da vigilância empreendida pela BM a partir de aviões e reforços em terra. O local onde o jornalista foi buscar as informações sobre os protestos do MST foi extremamente simbólico: ao invés de andar em meio àqueles que reivindicavam, optou por vê-los de dentro do helicóptero da polícia, e escolheu destacar como principal sujeito o tenente-coronel Paulo Stocker, reduzindo os protestos ao objeto de preocupação “de toda a terça-feira do comandante do Grupamento Militar Aéreo”. O relato explica, então que “Do alto [...] o oficial *monitorou* a mobilização dos sem terra”, “Além de helicópteros, as principais entradas terrestres de Porto Alegre tiveram *reforço policial*” e termina com a citação direta da voz do tenente-coronel: “- Realmente, a gente esperava um dia mais difícil, mas tudo correu bem”.²⁷

Diante da análise acerca das fontes e atores preponderantes, além das ações sublinhadas, fica claro que a necessidade de controle se deve a uma percepção consensual a respeito da questão da propriedade e de as ações do MST serem rupturas dessa ordem. Sobressai-se a noção de rompimento da paz e de início do conflito, o qual deve ser abafado para que a ordem natural seja restituída à comunidade.

A percepção de que a paz prevalecia antes da luta dos sem-terra fica expressa em todas as notícias. Isso porque os próprios sentimentos de “tensão” e de “temor” por parte dos ruralistas representam uma quebra em uma ordem natural. Essa ordem natural, lida de uma maneira literal, pode ser verificada, por exemplo, no depoimento do Presidente do Sindicato Rural de Rosário do Sul: “- Bem na hora que vamos começar a plantar temos de parar tudo por causa disso”.²⁸

Se existe uma paz inicial, violada pelas manifestações do MST, contra as quais os ruralistas reagem, ficam claros dois pólos opostos se enfrentando. Para definir quem é amigo e quem é inimigo, basta verificar quem vigia e quem é vigiado no discurso do jornal. Reduz-se a conflitualidade ao momento específico do conflito. Porém, em uma sociedade punitiva, sabe-se que, em qualquer conflito, é necessário e seguro que todos

²⁷ ABRIL vermelho visto do céu. In: **Zero Hora**, Geral, 18 abr. 2007, p. 32. Grifou-se.

²⁸ MARCHA do MST é monitorada por ruralistas. In: **Zero Hora**, Geral, 15 nov. 2006, p. 31. Da mesma forma, o depoimento do presidente do Sindicato Rural de Guaíba, Eldorado e Charqueadas, exposto no seguinte trecho: “- Infelizmente, o clima é de insegurança total. Estamos em época de plantio (*de arroz*) e não queremos conflitos nem vamos provocá-los. Só queremos proteger nosso patrimônio e zelar pela integridade dos nossos funcionários”. MST se aproxima de área em Eldorado. In: **Zero Hora**, Geral, 16 nov. 2006, p. 27. Grifou-se.

saibam definir adequadamente quem é culpado e quem é inocente. Não interessa a adoção de uma perspectiva mais contextual, histórica e complexa, mas sim a simplificação.

Essa simplificação leva à tentativa de individualização do conflito: transforma-se um problema estrutural em um conflito eminentemente interpessoal. A partir disso, outro aspecto entra em jogo: o da criminalização do movimento.

2.1.d Apropriações dos discursos

Uma questão especial no que se refere ao relato dos jornais sobre a atuação dos agentes do sistema penal²⁹ na questão agrária é o fato de que ela aparece sempre como complementar à dos fazendeiros, e vice-versa. Ou seja, é como se, ao buscarem manter a ordem, os policiais corroborassem com o interesse dos ruralistas, que desejam também a manutenção do *status quo*.

Não coincidentemente foram esses dois grupos as principais fontes nas notícias sobre a questão agrária. Diante da análise referente aos atores, fontes e ações selecionadas para serem sublinhadas ou ocultadas, o discurso do jornal optou por um dos discursos possíveis. Mesmo quando os proprietários rurais estiveram ausentes como fontes das notícias, seu discurso permaneceu na escolha do ângulo utilizado para construir os fatos. A utilização do termo “invasão” para se referir às ocupações de terras, por exemplo, refletiu a concepção de que tais ações são criminosas. Além disso, a difusão de um sentimento de insegurança, tensão e medo deslocou o foco da atenção dos protestos para os “protestados”, generalizando sentimentos que diziam respeito a apenas um grupo, mas não necessariamente aos demais membros da comunidade envolvida.

2.1.e Resultados da análise

Assim, é possível resumir os seguintes tópicos como principais resultados da análise:

1) Os protestos no campo foram os temas principais do enquadramento “questão agrária”, demonstrando, por um lado, que sem as lutas do MST, dificilmente o tema seria valorizado; por outro lado, o enquadramento da questão agrária em si é ambíguo, na medida em que este chapéu está sempre posicionado na seção “geral”.

2) Apesar de os temas que geraram as notícias dentro do chapéu “questão agrária”

²⁹ A expressão “sistema penal”, neste trabalho, refere-se aos órgãos de controle penal que realizam a criminalização, seja a partir da edição de textos legais (criminalização primária), seja a partir da perseguição policial e processo penal (criminalização secundária), seja ainda no momento do cumprimento da pena, em especial na prisão (criminalização terciária) (BUDÓ, 2008).

terem sido protestos provocados pelo MST, o movimento foi transportado à posição de ator secundário, em função da relação entre atores e fontes; isso significa que pela opção de partir das vozes diretas e indiretas dos proprietários rurais e da Brigada Militar, os relatos foram baseados nesses depoimentos, e estes é que protagonizaram as notícias.

3) Pelo mesmo motivo da escolha das fontes e de que os acontecimentos foram noticiados principalmente na medida em que houve uma reação aos protestos do MST, foram estas as que apareceram preponderantemente. Foram sublinhadas as ações pertinentes à montagem do sistema de controle dos protestos, seja por parte dos proprietários rurais, seja por parte da polícia militar. As reivindicações do MST não foram exploradas, nem mesmo o tema da concentração da terra e da reforma agrária.

4) Os sistemas de controle dos protestos do MST foram montados na medida em que um discurso de tensão, insegurança e medo em relação aos mesmos os legitimaram. Ainda que esses sentimentos dissessem respeito a apenas uma classe, os mesmos foram apropriados pelo jornal, fazendo com que em seu discurso a cidade, o estado, ou seja, a comunidade, estivesse sendo vitimizada pelas ações do MST, generalizando esses sentimentos. A partir daí foi construído o discurso legitimante da individualização das ações, e da sua criminalização.³⁰

3 Conflitos no Campo e Segurança: discussão dos resultados

A generalização do discurso do medo, insegurança, tensão e vigilância em relação aos sem-terra faz parte de um contexto social em que a noção de segurança se reduz à segurança pública. Deixando de lado a idéia de segurança dos direitos, essa redução proporciona uma série de políticas de controle e repressão penal, e, simultaneamente, de abandono de políticas sociais.

Isso fica claro na abordagem que se costuma conferir a lutas sociais, em especial àquelas empreendidas por movimentos sociais organizados. No jornal, esse discurso oculta a problemática principal, ou seja, a concentração da terra e a exclusão social no campo. Na medida em que a terra esteve historicamente ligada ao poder, torna-se impossível imaginar o povo tomando a posse de milhares de hectares, sendo que em cada palmo desse chão encontra-se incrustada uma genealogia que remete aos primeiros que dominaram tal espaço, reproduzindo-se a sua concentração por tantas gerações. Ao imporem um risco à reprodução dessa história, foices e bandeiras representam muito mais do que simples pobres do campo marchando.

³⁰ Para uma abordagem mais específica sobre a construção social da criminalidade dos conflitos agrários nas edições analisadas do Jornal *Zero Hora*, cf. o subtítulo "Do medo à repressão: o sistema penal no discurso do jornal sobre conflitos agrários" (BUDÓ, 2008).

Os discursos dos proprietários, reproduzidos insistentemente pelo jornal, demonstram bem isso. O medo proprietário do ingresso dos sem-terra nas propriedades é muito simbólico. Por isso, a necessidade excessiva de vigilância e a clareza do medo estampada no discurso. Entretanto, ainda que se busque analisar a questão agrária segundo o enfoque da segurança individual, se forem analisadas contextualmente a situação de vida de todos os trabalhadores rurais sem-terra – pessoas que não têm qualquer propriedade, trabalho ou renda – e dos ruralistas – proprietários, com rendas por vezes altíssimas, empregados e poder, em qual dos pólos figura a insegurança?

Quando protestam, os sem-terra se expõem a uma situação de grande vulnerabilidade, o que é expresso nos números de mortes nas regiões de conflitos. Entretanto, a difusão do discurso da insegurança e do medo que parte dos proprietários rurais tem um sentido claro de legitimação da adoção de posturas de reação contra essas lutas. Como observa Malaguti Batista, “a difusão do medo do caos e da desordem sempre tem servido para detonar estratégias de exclusão e disciplinamento planejado das massas empobrecidas” (MALAGUTI BATISTA, 1999, p. 135). Ao reproduzir os medos proprietários, o jornal limita-se a traduzir a luta social em necessidade de vigilância e policiamento. E, dessa maneira, legitima o aumento do controle social e a atuação violenta da polícia.

Sendo reconhecidamente míope, por consagrar a idéia de violência resumida à violência individual, o sistema penal necessita, para o bem de possibilitar o controle social, individualizar suas condutas. E como se individualizam atos cometidos com objetivos políticos claros de pressão social diante do descumprimento da Constituição Federal e das leis? A resposta vem dada no seguinte trecho do texto de Baratta: “Uma característica geral da construção dos conflitos dentro do pensamento penal e criminológico tradicional é justamente a sua ‘despolitização’ em termos de uma suposta ciência do comportamento individual e de uma técnica de respostas a ele” (BARATTA, 2004, p. 352).³¹

Pelo fato de se individualizarem as lutas, de elas serem tratadas pelo direito penal, e não pelo constitucional, há a identificação de pólos, o do bem e o do mal (ANDRADE, 1998, p. 346). E, diante disso, a delimitação de quem são os amigos e de quem são os inimigos, contra os quais o sistema penal e a opinião pública deverão se voltar.

Sobre o assunto, merece destaque o trabalho de Vera Andrade, que chega justamente a essa conclusão, ao identificar na utilização do paradigma bélico uma forma

³¹ Tradução livre do original em espanhol: “Una característica general de la construcción de los conflictos dentro de las categorías del pensamiento penal y criminológico tradicional es su ‘despolitización’ en términos de una supuesta ciencia del comportamiento individual y de una técnica de respuestas a él”.

de demarcação do inimigo interno. A partir daí “a problemática agrária é, no mesmo movimento, despolitizada e policizada (ou militarizada). No trajeto da exclusão social à criminalização penal, duplica-se a violência, assim como duplica-se a imunização” (ANDRADE, 1998, p. 346).

Com essa perspectiva ocorre o *ocultamento* das demais formas de violência, em especial das violências estrutural e institucional. O medo e a sensação de insegurança passam a se dirigir, diante disso, a algumas pessoas, e o discurso *periculosista* acaba legitimando políticas de repressão, de lei e ordem, de redução de direitos humanos.

Porém, mais importante é analisar qual função está sendo cumprida pelo sistema penal ao atuar sobre os excluídos descontentes. Ao conseguirem impor ao sistema a impunidade às próprias ações criminais, os grupos poderosos da sociedade determinam a perseguição punitiva às infrações praticadas pela parcela mais frágil da população, reproduzindo-se as desigualdades sociais existentes. Nesse sentido, segundo Baratta, “A imunidade e a criminalização são concretizadas, geralmente pelos sistemas punitivos segundo a lógica das desigualdades nas relações de propriedade e de poder” (BARATTA, 2004, p. 352).³²

A lógica de funcionamento do sistema penal é, portanto, de “ao mesmo tempo em que criminaliza os socialmente excluídos, imuniza-se as estruturas, o Estado e suas instituições, bem como os latifundiários e sua constelação protetora” (ANDRADE, 1998, p. 344). A impunidade em relação às mortes de camponeses no campo é um exemplo dessa imunidade. Entre 1985 e 2003, diante de 1349 vítimas de conflitos no campo em todo o país, apenas 64 executores e 15 mandantes foram condenados, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dos 1004 crimes ocorridos no período, 75 foram a julgamento, ou seja, 7,5% (MST, 2006, SP).

A construção social da questão agrária pelo jornal *Zero Hora*, no período analisado, partiu, portanto, da mesma pauta que o poder agrário e o sistema penal sugeririam: a ótica da perturbação da ordem, da necessidade de controle e, se necessário, de repressão aos sem-terra. O discurso excludente vem subjacente nas decisões tomadas pelo jornalista no momento da construção da notícia, corroborando com a idéia geral de que os excluídos são ameaçadores, e, no intuito de proteger os interesses de uma parcela da população, retira-se ao máximo os direitos da outra. Nesse caso, segundo Baratta, “As pessoas vulneráveis e sem nenhum poder social que sofrem lesões de seus direitos econômicos e sociais [...], por parte do Estado ou da sociedade, se convertem de

³² Tradução livre do original em espanhol: “La inmunidad y la criminalización son concretadas, generalmente por los sistemas punitivos según la lógica de las desigualdades en las relaciones de propiedad y poder”.

tal modo em potenciais agressores dos direitos fortes (integridade, direito de propriedade) dos sujeitos socialmente mais protegidos” (BARATTA, 2000, p. 32).³³ E a partir do discurso, reproduz-se a mesma relação de poder e dominação reinante por séculos na história do Brasil.

Considerações Finais

Se por um lado se pode observar a dependência dos movimentos sociais em relação aos veículos de comunicação, no sentido de darem publicidade aos seus protestos, por outro é possível afirmar que dificilmente o enquadramento conferido a essas ações os beneficia. Pois apesar de a “ideologia da notícia” ser a de que interessam ao jornal os fatos que rompem com a normalidade, as suas definições costumam ser elaboradas de forma rotinizada, padronizada e segundo vozes oficiais que propugnam o retorno de uma ordem consensual.

Apesar de os movimentos sociais terem logrado retirar a questão agrária do canto obscuro onde permaneceu durante séculos, a mesma costuma ser inserida na lógica da eclosão de conflitos que perturbam uma ordem originária. E diante desse enquadramento, são os perturbadores da ordem, obviamente, os responsáveis pelo conflito, e da mesma maneira, também pela própria questão agrária.

Pois se todos viviam bem antes de surgirem os sem-terra, são eles de fato os causadores do problema. E é por isso que a insegurança aflige a todos. Na medida em que se delimita o “nós” na noção de paz, ordem, comunidade e consenso social, delimita-se também os “outros” – guerra, desordem, extracomunidade, conflito social. E diante dessa percepção, que é acima de tudo excludente, surge o clamor pelo sistema penal.

A representação das ações do MST no jornal *Zero Hora* é, na verdade, a representação de um conflito secular de poder e dominação, posto em xeque pela organização coletiva.

Referências

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A construção social dos conflitos agrários como criminalidade. In: VARELLA, Marcelo Dias (org.). **Revoluções no campo jurídico**. Joinville: OFICINA, 1998, p. 327-354.

³³ Tradução livre do original em espanhol: “Para proteger las personas ‘respetables’ (y no para tutelar aquellas que no pueden disfrutar de sus derechos civiles, económicos y sociales), la política criminal se transforma, en la terminología de la nueva prevención, en ‘prevención social’ (de la criminalidad). Las personas vulnerables y sin ningún poder social que sufren lesiones de sus derechos económicos y sociales (derechos ‘débiles’, como señala la teoría de los derechos fundamentales), por parte del Estado o de la sociedad, se convierten de tal modo en potenciales agresores de los derechos fuertes (integridad, derecho de propiedad) de los sujetos socialmente más protegidos”.

BARATTA, Alessandro. Derechos humanos: entre violencia estructural y violencia penal. Por la pacificación de los conflictos violentos. In: ELBERT, Carlos Alberto. **Criminología y sistema penal: Compilación in memoriam**. Montevideo/Buenos Aires: B de F, 2004, p. 334-356.

_____. La política criminal y el derecho penal de la constitución: Nuevas reflexiones sobre el modelo integrado de las ciencias penales. In: **Revista Brasileira de Ciências Criminales**, São Paulo, ano 8, n. 29, janeiro-março 2000, p. 27-52.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BUDÓ, Marília Denardin. **Da construção social da criminalidade à legitimação da violência estrutural**: os conflitos agrários no jornal, RS. 2008. 251f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=108475>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A questão agrária no limiar do século XXI. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/Arq_publicacoes/a%20questao%20agraria.exe>. Acesso em: 20 ago. 2007. sp.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993, p. 61-73.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: Cómo se forma el presente**. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997.

GÖRGEN, Frei Sérgio; STÉDILE, João Pedro. **A luta pela terra**. São Paulo: Scritta, 1993.

HALL, Stuart *et. al.*. The social production of news: mugging in the media. In: COHEN, Stanley; YOUNG, Jock. **The manufacture or news: Deviance, social problems & mass media**. London: SAGE, 1981, p. 335-367.

MALAGUTI BATISTA, Vera. Medo, genocídio e o lugar da ciência. In: **Discursos sediciosos: crime, direito, sociedade**, Rio de Janeiro, nº 7 e 8, 1º e 2º semestres de 1999, p. 135-141.

MEDEIROS, Leonilde de Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Brasil julga só 7,5% dos crimes no campo**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/setores/dhumanos/violacoes/violacao.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

PONTE, Cristina. **Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Horizonte, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Souza. Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. In: **Revista Papiro**, São Paulo, ano 7, n. 25, out-dez de 2005. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/esprial/papiro25b.htm>> Acesso em: 20 out. 2007.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XXI**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. V. II. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: G. Gili., 1983.

VAN DIJK, Teun. **La noticia como discurso**. Comprensión, estructura y producción. Barcelona: Paidós, 1990.
_____. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.
WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1994.

Referências do corpus de pesquisa

ABRIL vermelho visto do céu. In: **Zero Hora**, Geral, 18 abr. 2007, p. 32.
ACAMPAMENTO sob vigilância permanente. In: **Zero Hora**, Geral, 21 fev. 2007, p. 30.
BM usa avião para avaliar sem terra. In: **Zero Hora**, Geral, 22 fev. 2007, p. 32.
INCRA vistoria estância em São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 17 jan. 2007, p. 26.
MARCHA do MST é monitorada por ruralistas. In: **Zero Hora**, Geral, 15 nov. 2006, p. 31.
MST se aproxima de área em Eldorado. In: **Zero Hora**, Geral, 16 nov. 2006, p. 27.
POLICIAMENTO é reforçado em São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 18 jan. 2007, p. 36.
PRODUTORES rurais reagem às marchas. In: **Zero Hora**, Geral, 14 nov. 2006, p. 38.
TENSÃO volta a rondar São Gabriel. In: **Zero Hora**, Geral, 15 jan. 2007, p. 25.
VIGILIA em colheita desloca 80 PMs. In: **Zero Hora**, Geral, 10 abr. 2007, p. 34.
VISTORIA mobiliza fazendeiros e sem terra. In: **Zero Hora**, Geral, 05 dez. 2006, p. 32.